

A experiência do ProUni no ensino médio

Promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff, a adaptação do modelo utilizado no ensino superior para ensino médio profissionalizante atrai instituições privadas, que já elaboraram seus modelos de cursos. **P16**

Faculdades já abrem vagas para atender o 'Protécnico'

Plano da presidente Dilma de criar um Prouni para o ensino técnico vira objeto de cobiça de escolas de ensino superior

Carolina Alves e Regiane de Oliveira
redacao@brasileconomico.com.br

Desde a campanha eleitoral, a então candidata Dilma Rousseff anunciava o plano de criar um sistema de financiamento do ensino técnico aos moldes do Programa Universidade para Todos (Prouni). No discurso de posse da presidente, o tema ganhou força: "Vamos estender a vitoriosa experiência do Prouni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional de qualidade", disse Dilma. O Ministério da Educação (MEC), inclusive, já recebeu ordens para iniciar a elaboração do "Protécnico".

Atentas à demanda do governo, as instituições privadas de ensino superior demonstram interesse pelo projeto. As instituições apostam no potencial desse

mercado. Embora não haja dados disponíveis específicos para o ensino técnico, no caso do Prouni, por exemplo, a renúncia fiscal do governo supera R\$ 600 milhões por ano, segundo o portal Contas Abertas.

Mercado na mira

Algumas faculdades, como a Anhanguera Educacional, já estruturam novos cursos afim de ingressar no ensino básico. Seis meses atrás, a instituição iniciou o projeto de criar um formato híbrido de ensino médio profissionalizante, com foco em aulas presenciais e à distância, utilizando espaço ocioso das faculdades nos períodos da tarde e manhã, além do final de semana.

"Toda estrutura está pronta para receber os alunos, desenvolvemos o material didático e só aguardamos a aprovação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo para autorizar a abertura dos cursos", afirma Ana Maria Sousa, vice-presidente acadêmica da Anhanguera. "E não

somos os únicos, várias instituições de ensino superior estão criando seus cursos técnicos", diz. Ana Maria sabe que o MEC ainda não definiu um modelo de financiamento, e garante que os cursos serão iniciados antes mesmo do apoio formal do governo. A meta é que as primeiras turmas sejam abertas neste ano.

"O Prouni como base de sustentação do ensino médio técnico vai levar muitas pessoas que não têm condições de arcar com sua capacitação de volta à sala de aula", acredita. Para Naércio Menezes, professor e especialista em educação da Universidade de São Paulo, o "Protécnico" é um caminho possível para o desenvolvimento da área no Brasil. "Isso pode contribuir para reduzir a evasão escolar, pois traz uma relação mais direta de custo e benefício para o aluno, que hoje não se interessa pelos estudos."

A diretora executiva da Fundação Lemann, Ilona Becskéházy, defende que o governo abra o segmento para as empresas privadas e que crie mecanismos de regulação eficiente para exigir qualidade. "Esta regulamentação tem de valer para o privado, mas também para as escolas públicas", avalia.

Medida não é suficiente

Para Rodrigo Capelato, diretor executivo do Simesp, sindicato das entidades de ensino superior de São Paulo, o "Protécnico" é benéfico para as instituições privadas e para os alunos, mas não resolve o problema da baixa demanda. "Para as faculdades privadas seria interessante do ponto de vista da isenção tributária", afirma. Além disso, elas poderão preencher as vagas ociosas, hoje na casa de 58%, segundo Capelato. "Mas o problema ainda é a falta de qualidade e o elevado índice de evasão. Cerca de 50% dos alunos do ensino fundamental não chegam ao ensino médio." ■



Ilona Becskéházy
Diretora da
Fundação Lemann

"Trazer o setor privado para o ensino é positivo como princípio, mas falta estrutura para regulamentar a educação no Brasil. Não dá para ficar só discutindo ideologias"

Ensino básico também disputa alunos carentes

Instituições do segmento negociam há três anos para receber alunos do sistema público

A discussão sobre o financiamento do ensino básico não é nova no país. Há três anos, o governo federal vem se debruçando sobre propostas para utilizar a força do sistema privado para sanar as deficiências do ensino público. A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) apresentou ao governo em 2007 uma proposta para a criação do Pro básico, com base no projeto

de lei da então deputada federal Gorete Pereira (PR-CE). A ideia era utilizar um modelo similar ao do Programa Universidade (Prouni) para financiar alunos carentes em escolas particulares nas regiões com falta de vagas.

De acordo com o presidente da Fenep, José Augusto de Mattos Lourenço, o projeto passou por algumas mudanças. "Em 2009, fomos conversar com o governo novamente e ficou claro que eles não têm interesse no ensino fundamental. Porém, no segmento de creches, há uma grande oportu-

nidade", conta. Segundo ele, só em São Paulo há 100 mil crianças sem vagas em creches.

O Fenep também defende a participação das escolas particulares no que pode ser o Prouni do ensino médio. Para Naércio Menezes, professor e especialista em educação da Universidade de São Paulo (USP), o novo Prouni deve ser de responsabilidade de instituições privadas de ensino médio, e não de ensino superior. "As faculdades estão acostumadas a lidar com um outro tipo de público. Não acho

que os professores delas tenham experiência para lidar com os alunos do ensino médio. É um outro público, muito diferente."

Menezes explica que a infraestrutura atual das faculdades privadas também pode ser um problema. "Na década de 90, a maioria das instituições nasceu com foco na área de humanidades, como direito, pedagogia, letras. Para ensino técnico, é preciso mais laboratórios, computadores. A estrutura necessária é mais específica", diz. ■ **R.O e C.A.**

Educadores discordam sobre a capacidade das faculdades em atender necessidades dos alunos de outra faixa etária

EVASÃO

40%

dos jovens entre 15 e 17 anos que não frequentam o ensino médio alegam falta de interesse como principal motivo, segundo pesquisa da FGV.

RENDA

27%

dos jovens nessa faixa etária afirmam que a evasão escolar vem da necessidade de trabalhar. Ao todo, 17,8% desse público está fora do sistema de ensino.

Faculdades querem
reduzir a baixa
utilização das salas de
aula durante a tarde



PL 4.446/2008

Projeto de lei que propõe bolsas de estudo está parado

O Projeto de Lei 4.446/2008, da então deputada federal Gorete Pereira, pretende criar o Programa de Concessão de Bolsas de Ensino para Educação Básica – batizado de Pro-Básico. A PL, que aguarda parecer na Comissão de Educação e Cultura (CEC), prevê, mediante isenção tributária, a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% ou de 25% do valor da mensalidade para estudantes em instituições privadas de ensino básico, com ou sem fins lucrativos. O público-alvo são alunos cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até dois salários mínimos e que tenham iniciado os estudos da Educação Básica em escolas da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. Uma das justificativas do projeto é que a concessão de bolsas ajudaria a controlar melhor os gastos públicos, uma vez que o Estado não teria gastos com edificações, laboratórios, manutenção, mobiliários, pessoal, energia, água, entre outros.